Tribunal orientou-se no sentido de reconhecer a constitucionalidade do instituto da terceirização em qualquer área da atividade econômica, superando, inclusive, a distinção entre atividade-meio e atividade-fim para fins de definição da licitude da terceirização, afastando-se a incidência da Súmula 331 do TST.

Assim, com a ressalva do entendimento que adotei nos precedentes firmados, entendo que a decisão reclamada vai de encontro à autoridade das decisões do STF, devendo a questão ser definitiva e igualmente uniformizada.

Ante o exposto, julgo procedente o pedido para, cassando-se o ato reclamado, determinar que outro seja proferido em seu lugar, com a observância das teses definidas por esta Corte no julgamento da ADC 26, da ADC 57, da ADPF 324/DF, RE 958.252/MG (Tema 725) e do ARE 791.932 (Tema 739).

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2020.

Ministro **EDSON FACHIN**

Relator

Documento assinado digitalmente

RECLAMAÇÃO 36.626

(344)

ORIGEM : 36626 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
 PROCED. : MINAS GERAIS
 RELATOR : **MIN. EDSON FACHIN**
 RECLTE.(S) : AEC CENTRO DE CONTATOS S/A
 ADV.(A/S) : JOAO LUIZ JUNTOLLI (69339/MG, 20550-A/PB, 419935/SP)
 RECLDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
 ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
 BENEF.(A/S) : CLAUDILENE LOPES DA SILVA DE OLIVEIRA
 ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DESPACHO: Ante a notícia da frustração da citação por via postal da beneficiária Claudilene Lopes da Silva de Oliveira, pela devolução do aviso de recebimento pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos com a informação “desconhecido” (eDOC 31), informe a reclamante, no prazo de 15 (quinze) dias, o endereço completo e atualizado da referida beneficiária, ou a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de extinção da reclamação.

Após, voltem conclusos.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2020.

Ministro **EDSON FACHIN**

Relator

Documento assinado digitalmente

RECLAMAÇÃO 36.939

(345)

ORIGEM : 36939 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
 PROCED. : MATO GROSSO
 RELATOR : **MIN. LUIZ FUX**
 RECLTE.(S) : EDER DE MORAES DIAS
 ADV.(A/S) : FABIAN FEGURI (16739/O/MT)
 ADV.(A/S) : GABRIEL FEGURI (26604/O/MT)
 RECLDO.(A/S) : RELATOR DA PETIÇÃO CRIMINAL Nº 0001932-91.2019.4.01.0000 DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
 ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
 BENEF.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

RECLAMAÇÃO. PENAL E PROCESSO PENAL. SUPOSTA VULNERAÇÃO AO ENUNCIADO 14 DA SÚMULA VINCULANTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INOCORRÊNCIA. VEDAÇÃO DE ACESSO A AUTOS DE INVESTIGAÇÃO FORA DAS BALIZAS INTERPRETATIVAS CONFERIDAS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECLAMAÇÃO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

DECISÃO: Trata-se de reclamação, com pedido de liminar, proposta contra ato do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por alegada afronta à Súmula Vinculante nº 14 do STF.

Sustenta o Reclamante que a Autoridade Reclamada negou o acesso da defesa “aos autos do acordo de delação premiada e seus anexos, formalizada entre o Ministério Público Federal e Luiz Carlos Cuzziol nos autos da Petição Criminal nº 1932-91.2019.4.01.0000/MT”.

Narra a petição inicial que o Acordo foi homologado em 30 de abril de 2019 e, a partir dele, foram instaurados inquéritos e ações penais, em trâmite no TRF da Primeira Região (AP 8015-66.2014.4.01.3600, em sede de apelação) e na 5ª Vara Federal da Seção Judiciária de Mato Grosso (IPLs 182/2012, 232/2014, 165/2017, 166/2017, 168/2017, 170/2017, 171/2017, 172/2017, 173/2017, 174/2017, 179/2017, 181/2017, 183/2017, 184/2017, 185/2017, 189/2017, 192/2017, 193/2017, 194/2017, 195/2017; APNs 4627-23.2017.4.01.3600, 1002557-12.2018.4.01.3600, 1002917-44.2018.4.01.3600 e 0006677-86.2016.4.01.3600).

Alega que “todos os inquéritos e ações penais referentes à Operação Ararath que abordam fatos ocorridos no âmbito do BIC BANCO, onde o citado delator exercia a função de superintendente, foram objeto do mencionado

acordo de colaboração, o que reforça sobremaneira o interesse do Reclamante em ter acesso amplo aos termos do referido acordo e seus anexos”.

Ressalta que a imprescindibilidade do acesso reside no fato de que estão sendo instauradas ações penais em seu desfavor, cujas denúncias encontram-se ancoradas na delação de Luiz Carlos Cuzziol.

Sustenta, ainda, que os argumentos utilizados para o indeferimento do pleito não merecem prosperar, tendo em vista que, “mesmo sendo a colaboração premiada meio de prova, o parquet se vale de seus termos para dar sustentáculo às inúmeras ações penais”, e que “o art. 7º, §3º, da Lei 12.850/2013, não se aplica em diversas ações penais que se encontram em curso (denúncia já recebida) e que foram objeto da delação de Luiz Carlos Cuzziol”.

Requeru, em sede liminar, a suspensão dos processos que abordam a Colaboração Premiada em questão até o julgamento do mérito da presente Reclamação. No mérito, requer seja julgada procedente a demanda para “que a defesa do Reclamante tenha acesso integral a todos os atos – passados, presentes e futuros – que estejam documentados nos autos das ações que abordaram a referida colaboração premiada”.

A liminar foi indeferida e as informações solicitadas foram prestadas.

A d. Procuradoria-Geral da República manifestou-se pela improcedência da reclamação, em parecer assim ementado:

“DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. COLABORAÇÃO PREMIADA. PEDIDO DE ACESSO AO CONTEÚDO DE DEPOIMENTOS COLHIDOS. DECLARAÇÕES RESGUARDADAS POR SIGILO. LEI 12.850/2013.

- A negativa de acesso aos acordos de colaboração premiada pelo investigado delatado não afronta o enunciado de Súmula Vinculante nº 14, na medida em que não é o acordo em si que repercute na esfera jurídica do investigado, mas os elementos de prova produzidos a partir dele. Após o recebimento da denúncia, se for o caso de instaurar a ação penal, o acordo será público e o investigado terá acesso a ele.

- Parecer pela improcedência da reclamação.” (e-Doc. 14, p. 1)

É o relatório.

DECIDO.

A Súmula Vinculante 14 do Supremo Tribunal Federal volta-se à garantia do direito de defesa, determinando o amplo acesso do defensor aos elementos de prova já documentados em procedimento investigatório criminal, qualquer que seja a denominação a este conferida.

Eis o teor do enunciado, *in verbis*:

“É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa”.

A determinação de amplo acesso aos elementos de prova já documentados teve por fim excluir, do direito de acesso, as diligências ainda em andamento. É que o acesso da defesa a atos de investigação não concluídos tornaria a diligência inefetiva, prejudicando a obtenção dos elementos de prova da prática delitativa objeto do procedimento.

In casu, consta do ato reclamado o seguinte:

“(…) a negativa de acesso ao acordo de delação premiada não viola o direito sumulado pela Corte Suprema, na medida em que a colaboração premiada não constitui elemento, e sim meio de obtenção de prova. Ademais, o art. 7º, § 3º, da Lei nº 12.850/2013, veda o levantamento do sigilo dos termos de colaboração premiada até eventual oferecimento e efetivo recebimento da denúncia.

(…)

Por sua vez, quanto às ações penais em curso, nas quais o requerente figura como corréu, as provas, que porventura venham a ser produzidas a partir do termo de colaboração referido, serão necessariamente juntadas aos autos dos processos penais para fins do exercício do contraditório e ampla defesa. Somente então o requerente terá acesso à documentação que pretende no presente requerimento.” (e-Doc. 8, p. 1-2)

Verifica-se, portanto, que o ato reclamado encontra-se fundamentado na ausência de conclusão da diligência investigatória e, portanto, não negou, de modo definitivo, à defesa, o direito de acesso a autos de investigação, razão pela qual não merece prosperar o presente intento reclamatório.

Com efeito, o que a SV 14 garante é que a defesa tenha acesso a todo o teor dos elementos produzidos no curso da investigação, mas sempre de modo sucessivo à conclusão da diligência, e não simultaneamente à sua realização e antecipadamente à sua conclusão.

Conforme bem destacou a d. Procuradoria-Geral da República, “a negativa de acesso ao acordo de colaboração premiada pelo investigado delatado não afronta o enunciado de Súmula Vinculante nº 14, na medida em que não é o acordo em si que repercute na esfera jurídica do investigado, mas os elementos de prova produzidos a partir dele”. (e-Doc. 14, p. 5)

Esse entendimento encontra amparo na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, *in verbis*:

“AGRAVO REGIMENTAL EM RECLAMAÇÃO. ALEGADA OFENSA À SÚMULA VINCULANTE 14. DILIGÊNCIA AINDA EM ANDAMENTO. CONTRADIÇÃO ENTRE ATO RECLAMADO E AS INFORMAÇÕES PRESTADAS. IRRELEVÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Diligências ainda em andamento não estão contempladas pelo teor da súmula vinculante 14. 2. A contradição suscitada pelo agravante

entre o ato reclamado e as informações prestadas não é relevante, pois ainda subsiste o argumento de que as diligências encontram-se em andamento. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.” (Rcl 22.062-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, DJe de 20/05/2016)

“RECLAMAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO À SÚMULA VINCULANTE 14. INEXISTÊNCIA. TERMOS DE COLABORAÇÃO PREMIADA QUE NÃO DIZEM RESPEITO À ACUSAÇÃO À QUAL RESPONDE O RECLAMANTE. DEPOIMENTOS CUJO CONTEÚDO ENCONTRAVA-SE SUBMETIDO AO SIGILO DO ART. 7º DA LEI 12.850/2013. NÃO EVIDENCIADA A PRÁTICA DE ATOS VIOLADORES AO ENUNCIADO SUMULAR VINCULANTE. RECURSO DESPROVIDO. 1. O enunciado sumular vinculante 14 assegura ao defensor legalmente constituído o direito de acesso às ‘provas já produzidas e formalmente incorporadas ao procedimento investigatório, excluídas, consequentemente, as informações e providências investigatórias ainda em curso de execução e, por isso mesmo, não documentados no próprio inquérito ou processo judicial’ (HC 93.767, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJe de 01-04-2014). 2. O conteúdo dos depoimentos pretendidos pelo reclamante, embora posteriormente tornado público e à disposição, encontrava-se, à época do ato reclamado, submetido a sigilo, nos termos do art. 7º da Lei 12.850/2013, regime esse que visa, segundo a lei de regência, a dois objetivos básicos: (a) preservar os direitos assegurados ao colaborador, dentre os quais o de ‘ter nome, qualificação, imagem e demais informações pessoais preservados’ (art. 5º, II) e o de ‘não ter sua identidade revelada pelos meios de comunicação, nem ser fotografado ou filmado, sem sua prévia autorização por escrito’ (art. 5º, V, da Lei 12.850/2013); e (b) ‘garantir o êxito das investigações’ (art. 7º, § 2º e art. 8, § 3º). 3. Enquanto não instaurado formalmente o inquérito propriamente dito acerca dos fatos declarados, o acordo de colaboração e os correspondentes depoimentos estão sujeitos a estrito regime de sigilo. Instaurado o inquérito, ‘o acesso aos autos será restrito ao juiz, ao Ministério Público e ao delegado de polícia, como forma de garantir o êxito das investigações, assegurando-se ao defensor, no interesse do representado, amplo acesso aos elementos de prova que digam respeito ao exercício do direito de defesa, devidamente precedido de autorização judicial, ressalvados os referentes às diligências em andamento’ (art. 7º, § 2º). Assegurado, como assegura, o acesso do investigado aos elementos de prova carreados na fase de inquérito, o regime de sigilo consagrado na Lei 12.850/2013 guarda perfeita compatibilidade com a Súmula Vinculante 14. Agravo regimental a que se nega provimento.” (Rcl 22.009-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Teori Zavascki, DJe de 12/05/2016)

Consectariamente, a atuação da autoridade reclamada se deu dentro das balizas interpretativas conferidas, por esta Corte Suprema, ao paradigma invocado, razão pela qual não merece prosperar o presente intento reclamatório.

Ex positis, com esteio no artigo 161, parágrafo único, do RISTF, **NEGO SEGUIMENTO** à presente Reclamação.

Publique-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2020.

Ministro Luiz Fux

Relator

Documento assinado digitalmente

RECLAMAÇÃO 37.130

(346)

ORIGEM : 37130 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
 PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
 RELATORA : MIN. ROSA WEBER
 RECLTE.(S) : MUNICÍPIO DE SAPUCAIA DO SUL
 ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SAPUCAIA DO SUL
 RECLDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
 ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
 BENEF.(A/S) : VALDOIR CUSTODIÓ CONCEICAO
 ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL. ART. 39 DA LEI 8.177/1991. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE EXARADO PELO ÓRGÃO ESPECIAL DA CORTE RECLAMADA. AUSÊNCIA DE AFRONTA À SÚMULA VINCULANTE Nº 10. RECLAMAÇÃO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

Vistos etc.

1. Trata-se de reclamação constitucional, proposta por Município de Sapucaia do Sul, com fundamento no art. 102, I, “I”, da Constituição Federal, no art. 988, IV, do Código de Processo Civil e no art. 156 do RISTF, contra acórdão prolatado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região no Processo nº 0021113-15.2016.5.04.0292.

2. O reclamante alega:

(i) a Corte de origem teria violado a Súmula Vinculante nº 10 ao afastar a aplicação do art. 879, § 7º, da CLT (na redação dada pela Lei 13.467/2017) e fazer incidir à espécie as razões deste Supremo Tribunal Federal exaradas ao julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 4.357 e 4.425, nas quais declarada a inconstitucionalidade do art. 1º-F, da Lei 9.494/1997;

(ii) “o legislador infraconstitucional, que não está vinculado às decisões de ADI’s [4.357 e 4.425] do Supremo Tribunal Federal, resolveu por editar novamente o indexador da Taxa Referencial (TR) pela Lei 13.467, de 14

de julho de 2017 para atualizar créditos trabalhistas (observe-se que restringiu a estes, e não aos da Fazenda Pública, como colocado nas ações constitucionais)”;

(iii) o afastamento da norma somente poderia ter sido realizado na forma do art. 97 da Constituição Federal, isto é, pelo voto da maioria absoluta dos membros do órgão especial da Corte reclamada; e

(iv) o controle difuso de constitucionalidade realizado em processo diverso não possui efeito de transcendência de seus motivos, de maneira que não pode servir para afastar dispositivo de lei em processo análogo.

3. Requer a procedência da presente reclamação, com a cassação da decisão reclamada, determinando-se o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que seja proferida nova decisão em atenção ao comando da Súmula Vinculante nº 10.

4. A autoridade reclamada apresentou informações.

5. A parte beneficiária da reclamação não apresentou contestação.

6. Dispensa a intimação da Procuradora-Geral da República em decorrência do caráter repetitivo do litígio.

É o relatório.

Decido.

1. A reclamação prevista nos arts. 102, I, “I” e 103-A, § 3º, ambos da Constituição Federal, é cabível nos casos de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal, descumprimento de autoridade de decisão proferida no exercício de controle abstrato de constitucionalidade ou em controle difuso, desde que, neste último caso, se cuide da mesma relação jurídica e das mesmas partes, ou desobediência à súmula vinculante.

2. A questão jurídica controvertida na presente reclamação consiste na violação da Súmula Vinculante nº 10. A reclamante defende que a autoridade reclamada teria afastado a aplicação do § 7º art. do 879 da CLT, na redação dada pela Lei 13.467/2017 (“§ 7º A atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial será feita pela Taxa Referencial (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme a Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991”), sem prévia submissão da questão ao plenário ou órgão especial da Corte reclamada.

3. Os precedentes que deram origem à Súmula Vinculante nº 10/STF evidenciam que o seu fundamento reside na necessária observância, pelos órgãos fracionários dos tribunais, do postulado da reserva de plenário (art. 97 da Carta Política) como condição de validade e eficácia da declaração de inconstitucionalidade dos atos normativos, seja no controle abstrato, seja no controle incidental.

4. Nessa senda, o comando do aludido verbete vinculante obriga que, na análise a respeito de possível ofensa ao seu conteúdo, esta Suprema Corte investigue se o afastamento de norma, no caso concreto, ocorreu em função de declaração explícita ou implícita de inconstitucionalidade. Nesses termos, não é o mero ato de afastar a aplicabilidade do comando legal que implica contrariedade à súmula, mas fazê-lo com esteio em incompatibilidade com o texto constitucional, mesmo que de forma não declarada. Por oportuno, reproduzo o teor da Súmula Vinculante nº 10:

“Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de Tribunal que embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.”

5. O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, à luz de precedente exarado por seu Órgão Pleno, deu provimento ao agravo de petição do exequente para afastar a TR como fator de correção monetária dos débitos trabalhistas e determinar a aplicação do IPCA-E como índice de atualização monetária a partir da expedição do precatório ou RPV. Extraído da decisão reclamada, na fração de interesse:

“AGRAVO DE PETIÇÃO. ENTE PÚBLICO. ATUALIZAÇÃO DOS DÉBITOS TRABALHISTAS. INDEXADOR. ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. IPCA-E. Caso em que o Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região declarou a inconstitucionalidade da expressão “equivalente a TRD” contida no caput do artigo 39 da Lei nº 8.177/1991, em controle difuso da constitucionalidade, afastando a TR como fator de atualização monetária dos débitos trabalhistas. Situação em que deve ser aplicado o IPCA-E, como índice de atualização monetária, a partir da expedição do precatório ou RPV, às entidades públicas estaduais e municipais, sendo que quando entidades públicas federais, resguardando-se o comando das Leis nºs 12.913/2013 e 13.080/2015, devendo ser aplicado o índice de atualização monetária a partir de 26 de março de 2015. Agravo de petição interposto pelo exequente a que se dá provimento

RELATÓRIO

Inconformadas com a sentença proferida pela Juíza Bernarda Nubia Toldo, que julgou improcedentes a impugnação à sentença de liquidação e os embargos à execução, ambas as partes interpõem agravos de petição.

O exequente pretende a reforma do julgado no pertinente à apuração da indenização pela supressão de horas extras e à correção monetária.

O município executado busca a modificação do julgado quanto à apuração da indenização pela supressão de horas extras.

Há contraminuta, com preliminar de não conhecimento do agravo de petição do município executado. O Ministério Público do Trabalho, por sua procuradora Silvana Ribeiro Martins, opina pelo prosseguimento do feito, na forma da lei, ressaltando a possibilidade de manifestação por ocasião da sessão de julgamento se o Representante deste Órgão assim entender, bem como em qualquer outra fase processual, nos termos dos artigos 127 e 129,